

Operação Compliance Zero



Novo round no embate Mendonça x Moraes

Em ofício ao presidente do STF, relator do caso Master acusa o colega de abuso de autoridade, de alegações falsas e de distorcer relatório da Polícia Federal

» RENATO SOUZA

Em ofício enviado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o ministro André Mendonça acusa o colega Alexandre de Moraes de apresentar alegações falsas e de distorcer relatório da Polícia Federal. A remessa do documento representa mais um capítulo na crise envolvendo a Corte, que teve início com a divulgação, por Mendonça, de uma série de mensagens encontradas no celular de Daniel Vercaro, dono do Banco Master, que citam Moraes.

No documento, Mendonça acusa o colega de desacreditizar o trabalho da equipe de investigação da Operação Compliance Zero e diz que as imputações de eventuais crimes contra ele têm como origem um relatório de inteligência da PF que não pode ser utilizado como prova. Moraes denunciou Mendonça por improbidade administrativa, crime de responsabilidade, privilégio a determinado grupo político, entre outros.

“Falsamente”

Mendonça escreveu que a situação se torna ainda mais constrangedora quando se verifica que, “na tentativa de agudizar a gravidade dos relatos ali contidos, o ministro Alexandre de Moraes distorce o teor do ‘documento’, para imputar falsamente a este ministro a prática de comportamentos que os próprios ‘relatórios’ atribuem às equipes policiais envolvidas”.

O Supremo discute se vai julgar em conjunto ou separados os pedidos para investigar Moraes e

Alejandro Zambrana/STF



Na tentativa de agudizar a gravidade dos relatos ali contidos, o ministro Alexandre de Moraes distorce o teor do 'documento', para imputar falsamente a este ministro a prática de comportamentos que os próprios 'relatórios' atribuem às equipes policiais envolvidas"

Trecho do ofício de Mendonça

Mendonça. A análise do caso pelo plenário foi interrompida por um pedido de vista feito pelo ministro Flávio Dino. O julgamento foi suspenso com três votos a quatro para julgamento separado. Falta o voto de Dino. Mas em

caso de empate, o presidente da Corte decidirá, de acordo com o regimento interno.

Interlocutores no tribunal, ouvidos pela reportagem, apontam que se a decisão ficar nas mãos de Fachin, a tendência é

de que ele vote para manter a análise dos dois casos em sessões separadas. O presidente do STF entende que embora tratem da mesma investigação, as situações envolvendo os dois magistrados são distintas.

Vorcaro pede adiamento de oitiva

» LUÍZA ALTOÉ

A defesa de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) o adiamento do depoimento marcado pela Polícia Federal. A manifestação foi encaminhada ao presidente da Corte, Edson Fachin, que assumiu a relatoria do caso. Os advogados alegam que ainda não tiveram acesso à íntegra do processo e pedem que, após a PF fazer o envio, tenham pelo menos 10 dias úteis para analisar os documentos.

A defesa sustenta que as opções de data para a oitiva apresentadas, incluindo a prevista para amanhã e para o dia 30, não garantem tempo suficiente para preparar o depoimento de Vorcaro, já que a PF não encaminhou uma cópia completa dos autos. “Diante da complexidade da causa e da extensão do material, após a efetiva disponibilização da íntegra dos autos, a defesa precisa de período mínimo (não menor que 10 dias úteis) para analisar o material e sobre ele dialogar com o cliente”, argumentou.

“Total interesse”

A equipe jurídica reforça que os pedidos de adiamento não buscam impedir a realização da oitiva e que o banqueiro tem “total interesse em prestar seu depoimento”. Os defensores também citam a Súmula Vinculante 14 do STF, que garante ao advogado o direito de acessar todas as provas já documentadas em investigações policiais ou criminais que sejam relevantes para o cliente.

Reprodução



Defesa do banqueiro alega não ter tido acesso à íntegra do processo

» Henrique Vorcaro solicita soltura

Henrique Moura Vorcaro, fundador do Grupo Multipar, pediu ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a revogação da prisão preventiva que cumpre desde maio deste ano. Pai do banqueiro Daniel Vorcaro, o empresário escreveu ao magistrado na segunda-feira, alegando inocência. Também justificou a urgência no pedido citando condições de saúde. O empresário diz sentir dores na cabeça e na nuca, fala em picos de pressão e em dores abdominais provenientes de uma crise de diverticulite. “Sou idoso. Minha saúde está tão debilitada que estou desde o dia 20 de agosto tentando escrever e terminar esta carta”, escreveu.

A oitiva marcada para o dia 24 trata da investigação no âmbito do inquérito sobre fraudes envolvendo os negócios entre o Master e o Banco de Brasília (BRB). A do dia 30, por sua vez, prevê um depoimento no caso que investiga o grupo conhecido como “A Turma”, ligado a Vorcaro.

Na semana passada, a defesa do banqueiro pediu a revogação da prisão preventiva dele. Vorcaro foi detido pela segunda vez há mais de seis meses e cumpre pena

no 19º Batalhão da Polícia Militar no Distrito Federal, conhecido como Papudinha.

No pedido de revogação, os advogados apontam que o prazo de 90 dias para a reavaliação dos elementos da prisão venceu no fim de agosto sem um exame do tribunal. Também citaram a indefinição da sessão do STF que decidiria sobre abrir uma investigação contra o ministro Alexandre Moraes, após supostos diálogos dele com o dono do Master.

Caso Viviane Barci fica com Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado relator do mandado de segurança que busca obrigar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a tornar públicas informações sobre entradas e saídas da mulher de Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes, e do banqueiro Daniel Vorcaro no Senado.

Na sexta-feira, Moraes havia sido sorteado como relator, mas na segunda-feira ele se declarou impedido de atuar no caso. No despacho com sua decisão, o ministro citou o artigo 144 do Código de Processo Civil, que estabelece impedimento do magistrado quando uma das partes for ele próprio ou seu cônjuge.

O mandado de segurança foi solicitado pelo vereador de Curitiba e candidato a deputado federal Guilherme Kilter (Novo-PR), após ter um pedido com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) negado pelo Senado.

No primeiro pedido, por meio da LAI, Kilter solicitou registros de visitas de algumas pessoas ao Senado. Entre os nomes estão Viviane Barci de Moraes; Vorcaro; Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Carreca do INSS”; José Ferreira da Silva (Frei Chico); e Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em vídeo na segunda-feira, o vereador havia defendido que Moraes se declarasse impedido. “Por óbvio, ele deve se declarar impedido e o processo distribuído a outro ministro, já que envolve diretamente a sua esposa. Será que ele vai fazer o que é certo ou cometer mais uma ilegalidade?”, disparou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Recados recíprocos no encontro da ONU ampliam tensão entre Lula e Trump

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump escaramaram as tensões entre ambos ao discursarem na Assembleia Geral da ONU, ontem, porém sem citar um ao outro. Sem que ambos se encontrassem nos bastidores, como já era esperado, suas falas compuseram uma troca de recados na qual os Estados Unidos e o Brasil estão em polos opostos. Lula afirmou que “o Brasil não cabe no quintal de ninguém”; Trump advertiu que os Estados Unidos usarão seu poder militar para proteger seus interesses no Hemisfério Ocidental.

Entre a defesa da soberania brasileira e a reafirmação da força americana, há uma tensão que vai muito além de uma divergência entre presidentes. Lula chegou a Nova York a menos de duas semanas da eleição. Diante dos demais países, declarou que o pleito brasileiro é “transparente e competitivo”, mas advertiu contra “interesses estrangeiros contrários ao país” que tentariam desvirtuar o debate público. A mensagem ficou ainda mais clara quando afirmou: “A democracia brasileira pertence aos brasileiros”.

Foi uma resposta às pressões de Washington sobre autoridades nacionais e ao temor, no governo, de novas medidas americanas em plena campanha. Trump não falou do Brasil. Sua linguagem, porém, explica a apreensão no governo Lula. Ao apresentar as ações dos Estados Unidos na Venezuela como prova de que não aceitará ameaças no hemisfério, prometeu empregar, “se necessário”, seu poderio militar. Também equiparou cartéis de drogas ao Estado Islâmico.

Lula defendeu o combate ao crime organizado, mas situou a segurança do país no âmbito da soberania brasileira. O perigo iminente está no alcance que Washington pretende dar à própria autoridade na região. Os discursos também foram opostos no comércio. As tarifas americanas continuam em negociação, enquanto para a possibilidade de novas sanções contra integrantes do Supremo Tribunal Federal. Para Lula, qualquer concessão feita sob pressão terá repercussão eleitoral. Medidas econômicas e punições individuais tornaram-se instrumentos da política externa de Trump em relação ao Brasil. Sem uma reunião bilateral prevista, os dois usaram a tribuna da ONU para marcar posições perante seus públicos e perante o mundo.

Há precedentes de interferência direta dos Estados Unidos no Brasil, mas é preciso guardar a devida distância entre a desconfiança e os fatos. No começo dos anos 1960, a política externa independente do governo João Goulart entrou em choque com prioridades de Washington na Guerra Fria. Em março de 1964, quando houve o golpe militar que destituiu Jango, os Estados Unidos chegaram a preparar apoio logístico e naval às forças contrárias a Goulart, na operação conhecida como “Brother Sam”.

Distância regulamentar

A situação brasileira de hoje é outra; a lembrança histórica ajuda a compreender por que declarações sobre o uso da força no continente são recebidas com gravidade. Outra crise ocorreu em 1977, já sob a ditadura de Ernesto Geisel. O governo de Jimmy Carter pressionou o Brasil por causa das violações de direitos humanos e do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental. Brasília denunciou uma afronta à sua soberania e rompeu o acordo bilateral de assistência militar firmado em 1952. A comparação revela uma diferença decisiva: naquela ocasião, Washington cobrava uma ditadura por violações de direitos; agora, a tensão envolve uma eleição em uma democracia e a possibilidade de punições americanas a autoridades brasileiras.

Até agora, o ponto mais sensível são as tarifas impostas às exportações brasileiras para os Estados Unidos. Tarifas atingem interesses econômicos, porém sanções contra autoridades alcançam instituições e ameaças de intervenção militar no entorno do Brasil afetam a segurança regional. Tudo isso na reta final do processo eleitoral. Para se fortalece, Lula empunha a bandeira da soberania, mas a narrativa de que o Brasil não combate ao crime organizado como deveria, escolhido por Trump para justificar sua ofensiva hemisférica, mira uma área na qual o governo não deu resposta à altura necessária.

Tanto Lula como Trump conhecem o peso político das palavras que escolheram. Lula falou para afirmar que o resultado das urnas não será decidido fora do país. Trump falou para declarar que considera o hemisfério uma área de interesses vitais americanos. Nenhum chamou o outro pelo nome. Ambos falam também para seus respectivos públicos internos. Na Assembleia Geral, quando cada um expôs sua visão sobre quem pode decidir os destinos da América Latina, o antagonismo entre ambos se tornou muito visível.

Nos bastidores da assembleia da ONU, Lula evitou a aproximação do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio. A cena ocorreu após o discurso de Donald Trump. Rubio tentou se aproximar de Lula, que estava acompanhado do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O secretário de Estado chegou a acelerar o passo, mas não conseguiu alcançar o presidente brasileiro. Na sequência, dirigiu-se ao chanceler. Rubio mantém um tom crítico ao governo Lula. No Planalto, há especial incômodo com a aproximação de integrantes do movimento Maga (Make America Great Again) com familiares e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).